

Um ano apenas após a revolução que derrubou o regime e o Estado leste-alemão, a Alemanha unificou-se. Ninguém, há poucos meses ainda, poderia prever uma tal precipitação. Salvo os nostálgicos de uma identidade leste-alemã, que aliás nunca existiu verdadeiramente fora das estruturas de opressão, salvo os receosos que vêem na unificação das Alemanhas mais um «Anschluss» do que o fruto do inevitável¹, ninguém pode deixar de se congratular com uma tal rapidez. Dado que a RDA aderiu à RFA nos termos do artigo 23.º da Lei Fundamental², não se constituiu um novo Estado; a República Federal permanece fundada nos princípios adoptados em 1949, virada para o Ocidente e ancorada no Oeste. Os longos debates, as morosas negociações que poderiam ter precedido a adopção de uma nova Constituição, preocupando a Alemanha a ponto de a fazer esquecer os seus vizinhos e aliados e motivando a inquietação destes últimos, não terão lugar. Também não se levantarão incertezas quanto aos compromissos internacionais da nova Alemanha. Não haverá interregnos susceptíveis de travar a constituição da nova Europa. No entanto, a Alemanha a cuja nascença assistimos, não é apenas uma grande República Federal. Embora o Ocidente tenha necessariamente a supremacia, a Alemanha penderá a Leste, absorvida pela difícil reconstrução económica, social e política da Alemanha oriental³. Mesmo no quadro das comunidades Atlântica e Europeia, ela não deixará de ser diferente, mais poderosa, soberana, no âmago da Europa e das relações Leste-Oeste.

A unificação no seio da divisão

Se, tanto a Leste como a Oeste, os partidos políticos apressaram o processo de unificação, foi porque a subsistência de dois Estados se tornava cada vez mais intolerável. A abertura das fronteiras precipitou a degradação económica, política e social de um Estado que o Muro mantinha artificialmente; melhor dizendo, o Muro, simultaneamente, protegia o Estado da ruína e agravava essa ruína protelando o vencimento da dívida. Com a abertura das fronteiras, formou-se um mercado de trabalho único, ainda que imperfeito, e o DM tornou-se a moeda oficiosa. Não havia alternativa à introdução oficial de uma moeda única, e consequentemente à criação de um único sistema económico: formou-se assim a união económica e monetária no dia 1 de Julho de 1990. Mas, para instaurar um verdadeiro sistema económico único, para unificar estruturas e para os entraves desaparecerem, foi necessário instituir um só governo através da adesão da RDA à República Federal no dia 3 de Outubro de 1990, e constituir um Parlamento único dois meses mais tarde, no dia 2 de Dezembro.

Artigo publicado com autorização da revista *Politique Internationale* e da autora, actualmente destacada na Stiftung Wissenschaft und Politik, Ebenhausen, no quadro de um programa da Fundação Mac Arthur (Chicago).

Porém, quaisquer que sejam os esforços desenvolvidos para sincronizar os diferentes ritmos económicos, políticos e sociais e para unificar as diferentes estruturas das duas Alemanhas, as transições serão mais ou menos morosas. Menos morosas quando se tratar de unificar as estruturas políticas, jurídicas ou administrativas; mais morosas na aproximação dos padrões de vida e das mentalidades.

Se estes objectivos constituem a própria razão de ser da rápida unificação, são também eles a fonte das dificuldades presentes e futuras da nova Alemanha. A reconstrução económica da Alemanha oriental será mais difícil do que se esperava há alguns meses atrás. E para tal existem várias explicações. Em primeiro lugar, e na ausência de estatísticas fidedignas, a amplitude da falência só pouco a pouco foi avaliada. Sem dúvida, muito cedo se pôde constatar a degradação mobiliária e imobiliária das fábricas e o grau de poluição do ambiente. No entanto, o peso das dívidas e os activos das empresas só mais tarde foram conhecidos. Acresce que, nos meses que precederam a adesão da RDA à República Federal, a subsistência das estruturas herdadas do regime comunista e a permanência em funções de funcionários incompetentes, ou ainda adeptos das antigas ideias, retardaram o arranque. Em particular a sobrevivência das antigas redes de distribuição explica a criação de estrangulamentos, e a subida indevida de certos preços.

Por outro lado, a imprecisão jurídica manteve-se em matéria de propriedade, quando teria sido necessário proceder o mais rapidamente possível à clarificação do Direito. Os funcionários do antigo regime, e os da Treuhandanstalt em particular, organismo criado pelo governo transitório de Hans Modrow para operar a privatização das empresas, multiplicaram os entraves.

O outro obstáculo residiu na debilidade dos salários, a qual foi até agora a principal, senão a única, razão para investir na Alemanha oriental; nestas condições, a subida dos salários prevista para compensar o aumento dos preços e dos encargos sociais e para restabelecer a autoridade dos sindicatos, se não for acompanhada de um acréscimo de produtividade, travará a reconstrução da economia leste-alemã.

Por fim, diga-se em abono de todos os Alemães, tanto ocidentais como orientais, que é preciso ter em conta a enormidade de um empreendimento para o qual não existe nem modelo nem receita, a impossibilidade de estimar as dívidas de um Estado falido e os custos exactos da reconstrução.

Assim, todos estes factores contribuíram para esfriar o entusiasmo inicial dos investidores. A Mercedes-Benz, por exemplo, que em meados de Março de 1990 tinha concluído com a IFA um acordo de cooperação, anunciou posteriormente um compromisso mais modesto. Para além da derrocada do mercado da Alemanha do Leste, a Mercedes-Benz denunciava a impossibilidade de se conhecer o montante exacto do activo

da empresa leste-alemã e, em particular, a importância das suas dívidas e o custo do seu saneamento económico e ecológico⁴. Certo é que os investidores da Alemanha ocidental têm a sua quota-parte de responsabilidade, esperando a falência das empresas leste-alemãs para depois as comprar a baixo preço, em vez de investir em empreendimentos conjuntos. E no entanto inútil instruir este processo: ao fim e ao cabo, esta é a lógica do mercado. E verdade também que os consumidores da Alemanha do Leste desprezam os produtos nacionais e preferem comprar ao Ocidente: mas também aqui actua a lógica do mercado e a saturação dos que associam os produtos leste-alemães a um passado odiado.

A compra de empresas públicas leste-alemãs pelas grandes empresas da Alemanha ocidental e a formação de quase-monopólios⁵ suscitam críticas por parte do Departamento dos Cartéis na Alemanha do Oeste e também por parte de Bruxelas, aumentando os receios dos concorrentes estrangeiros. Nem por isso deixa de ser verdade que, na maioria dos casos, dados os custos do saneamento, só as grandes empresas poderão instalar-se na Alemanha oriental. Foi o que anunciou, em Abril de 1990, Helmut Werner, membro da Administração da Mercedes-Benz⁶. Assim, serão necessários trinta mil milhões de DM para modernizar a produção e a distribuição de energia eléctrica na Alemanha oriental. Mas, mais ainda do que o comportamento das empresas, será todavia o Estado, e consequentemente o Governo de Bona, acompanhando a evolução das reivindicações sindicais, a desempenhar um papel determinante: a política adoptada terá uma influência decisiva na actuação dos investidores. Até à adesão da RDA à RFA, o contributo dos poderes públicos consistiu essencialmente na criação, pelo Bund e pelos Länder, paritariamente, de um Fundo de cento e quinze mil milhões de DM. Este Fundo pode, por exemplo, financiar o défice orçamental leste-alemão (depois chamado panalemão), as contribuições necessárias ao sistema social (pelo menos nos primeiros meses da sua instauração) ou ainda o saneamento das empresas confiado à Treuhandanstalt. Ainda que determinadas medidas tenham sido especificamente previstas para encorajar o investimento na RDA (benefícios fiscais ou créditos do European Recovery Program e fundos reciclados provenientes do antigo Plano Marshall), pouco tempo após a criação da união económica e monetária, e face às reticências dos investidores, foi forçoso reconhecer a sua insuficiência. Em consequência, desde o Verão, os diferentes partidos políticos, mais a ocidente do que a leste, têm lançado as suas propostas. O tratado de união prevê um programa suplementar de ajuda ao investimento de cinquenta mil milhões de DM; um Fundo será votado às dívidas das empresas, e de qualquer forma, com a adesão à RFA, a RDA beneficia das medidas previstas pela Lei Federal para ajuda das regiões estruturalmente deprimidas. Os custos financeiros, e também sociais e políticos, ameaçam ser consideráveis.

Em matéria financeira, a coligação governamental tem preferido, por enquanto, calar a sua importância e recorrer ao empréstimo em vez de anunciar o aumento dos impostos. medida sempre impopular e factor de abrandamento do crescimento económico. No dia 1 de Agosto de 1990, dois empréstimos tinham já sido lançados pelo Governo Federal para a constituição de um Fundo da União: um terceiro empréstimo. lançado pelo Governo leste-alemão para cobrir parte do seu défice orçamental representava, no total, quinze mil milhões de DM. Até ao fim do ano de 1990, cento e três mil milhões de DM terão sido obtidos através de empréstimos. Nas vésperas da unificação, o défice orçamental não ultrapassava no entanto 1,3% do PNB — contra 4,5% em 1982. ano em que a coligação democrata-cristã e liberal tomou o poder. Aliás. em 1989, o mercado alemão tinha acumulado uma poupança de duzentos e oitenta mil milhões de DM, dos quais cento e vinte foram exportados. Na Alemanha oriental, os encargos não são menores, mas a sua natureza é tanto social como económica. Com a introdução do DM e da economia de mercado, numerosas empresas não têm condições para enfrentar a concorrência. No dia 1 de Julho de 1990 havia cerca de duzentos e setenta e dois mil desempregados e mais de seiscentos e cinquenta mil trabalhadores a tempo parcial. Um dos principais Institutos de economia leste-alemães, o DIW, estima que entre 2,5 e 3 milhões de trabalhadores serão obrigados a procurar um novo emprego⁷.

Enquanto que, entre Janeiro e Junho de 1990, a produção da Alemanha ocidental aumentava 5% em relação ao ano anterior, a da RDA diminuía 4,4% no primeiro trimestre e 9,5% no segundo em relação aos mesmos períodos do ano precedente. O descontentamento e as greves começam já a surgir. Caso os investidores tardem a actuar, ou até se desinteressem da Alemanha oriental, limitando-se a desenvolver redes de distribuição sem instalar unidades de produção, o perigo residirá numa «Midlandização» duradoura dessa parte da Alemanha, segundo o exemplo inglês, com o seu cortejo de degradação material e de desolação humana. A divisão da Alemanha persistiria então, porque a pobreza dos alemães do Leste alimentaria hostilidades e separatismos. Custa a crer que os responsáveis políticos alemães escolham deliberadamente esta via. Pelo contrário, qualquer Governo providenciará os meios disponíveis para atrair os investidores a essa região da Alemanha, e é possível apostar que, a prazo, nela ocorrerá uma espécie de milagre económico⁸.

Em contrapartida, o Chanceler Kohl terá errado ao não apelar à generosidade dos seus concidadãos, movido pela preocupação de não aparentar proceder ao aumento dos impostos em pleno ano de eleições, quando a maioria dos alemães ocidentais, no entanto, já dão esse aumento como certo. Ao agir assim, o Chanceler terá alimentado o azedume dos alemães do Leste e conservado os ocidentais numa espécie de irresponsabilidade: em suma, terá perdido uma oportunidade de

reaproximar um pouco os alemães, e esquecido alguma pedagogia. Na realidade, menos egoístas do que Kohl o faz parecer, os seus concidadãos estão prontos a alguns sacrifícios, como o revelam certas sondagens⁹. No entanto, é verdade que os Länder, conservadores ou sociais-democratas, estão muito agarrados ao seu bem-estar e aos seus privilégios e encaram com muita relutância qualquer nova contribuição. Embora tenham subscrito o Fundo da Unidade, contestam a chave de repartição do imposto sobre o Volume de Negócios que, de acordo com as regras actuais, beneficia os Länder mais pobres¹⁰. Avizinham-se batalhas entre os Länder e o Bund, e entre os próprios Länder — com o Oeste contra o Leste, e talvez mesmo com o Norte contra o Sul. Assim, no Bundesrat, os Estados da Alemanha ocidental modificaram o sistema de repartição dos votos para impedir que os Estados da Alemanha oriental, menos populosos, disponham de uma minoria capaz de bloquear as decisões. A soma de cinco Länder aos onze já existentes modificará as relações de força, e o peso de cada Land ficará diminuído, o que inquieta já a CSU bávara. Em contrapartida, sendo dezasseis, os Länder não deixarão de reclamar o alargamento das suas competências em relação às do Governo Federal, é de querer negociar os princípios da repartição ou os moldes de decisão, por exemplo no seio do Bundesbank.

A caminho de uma modernização conservadora

De um modo geral, o Governo Federal da nova Alemanha será confrontado com um dilema. Por um lado, a sua autoridade será contestada, como aliás o foi no passado, aquando da multiplicação dos partidos políticos, do aparecimento de iniciativas de cidadãos, ou ainda da crescente importância do papel quer do Tribunal Constitucional quer dos Länder, em particular por intermédio de Bruxelas. Por outro lado, será incessantemente solicitado para actuar como árbitro. Mais do que nunca, terá de conciliar os interesses locais e os interesses federais, os dos alemães ocidentais e os dos alemães orientais, os dos abastecedores de fundos e os dos beneficiários. Querirá e poderá o Governo tomar as opções necessárias? Vai depender tanto do prestígio do Chanceler como da intensidade das turbulências económicas e sociais e da importância e multiplicidade das arbitragens a que será obrigado. O Executivo poderá simultaneamente encontrar-se enfraquecido na sua estrutura pelo poder acrescido dos Länder e reforçado na sua autoridade, se souber levar a bom fim a sua tarefa. Embora estas mesmas circunstâncias possam evoluir num sentido diferente e o poder dos Länder ou do Bund enfraquecer, cremos no entanto que o Governo central sempre será fortalecido. Assim, nem os Länder nem Bruxelas contribuem verdadeiramente para a reconstrução da Alemanha oriental. Chamando a si os encargos dessa reconstrução, o Governo Federal, não obstante o enfraquecimento financeiro, consolidará pela mesma via os seus poderes.

Nesta República Federal, que não é exactamente idêntica à República de 1949, mas que também não é totalmente diferente, quem segurará as rédeas? Os partidos políticos, os sindicatos, as Igrejas, todos aspiram a imprimir na nova Alemanha a sua marca, o que deu a este ano de 1990 um tom particularmente acintoso.

Embora ainda não esteja lançada a última cartada, sabe-se já que haverá prejudicados, provavelmente mais a esquerda do que a direita, mais os católicos do que os protestantes¹¹, mais os sindicatos do que os patrões, mais as pequenas e médias empresas do que as grandes, mais as mulheres do que os homens...

A Alemanha, num futuro próximo, será certamente conservadora, mas de um conservadorismo criativo, inovador, um conservadorismo modernizador, um pouco como o que marcou os anos 50. No essencial, as grandes empresas reconstruirão a Alemanha oriental. Mesmo com desagrado, o Departamento dos Cartéis é obrigado a reconhecer que só as grandes empresas têm meios para tal empreendimento. Os sindicatos terão dificuldade em restabelecer a sua autoridade numa Alemanha que funcionará a duas velocidades, com dois mercados de trabalho, duas grelhas salariais e níveis de produtividade diferentes. Com a chegada, em 1989 e princípios de 1990, de centenas de milhares de alemães orientais, e, posteriormente, de imigrantes vindos da Europa do Leste, nomeadamente da Roménia, da União Soviética e ainda de outras partes, na sua maioria jovens, e com a entrada no mercado de trabalho de novas classes etárias nascidas do «baby boom», a Alemanha dispõe de uma população móvel e adaptável.

Essa população lembra a que nos anos 50 veio do Leste para participar no milagre económico. Norbert Walter, do Deutsche Bank, prevê uma menor resistência das mentalidades em relação à tecnologia: a Alemanha será mais inovadora do que no passado¹².

O principal debate que agita actualmente a sociedade alemã — seria talvez melhor dizer as sociedades? — o debate sobre o aborto, será resolvido a favor dos conservadores alemães ocidentais? As leis da Alemanha ocidental, que limitavam estritamente o aborto, aliás mais em teoria do que na prática, prevalecerão sobre as leis mais liberais da Alemanha oriental? De facto, formou-se uma coligação, que reúne os elementos mais liberais da sociedade alemã ocidental e da sociedade alemã oriental, onde se conjugaram protestantismo e socialismo para dar às mulheres um estatuto, senão mais invejável, pelo menos em certos aspectos com mais facilidades.

De igual modo, a separação entre a Igreja e o Estado, regra na RDA, não vingará certamente na nova Alemanha, a não ser que as duas partes acordem um compromisso «à alsaciana». Nesta nova Alemanha, do lado dos alemães do Leste soprará assim, por vezes, um vento revigorante que abalará o conservadorismo, uma certa esclerose própria das sociedades fartas. «Esta unificação representa uma espécie de exame de consciência de que todo o quarentão próspero necessita para lutar contra a

adiposidade», comentava recentemente a revista *The Economist*¹³. Mas esses mesmos alemães trarão também consigo a cultura política conservadora de uma sociedade fechada sobre si própria. Enquanto que desde a segunda metade dos anos 40, a República Federal se abria ao Ocidente e aos seus valores, e em certa medida virava costas à outra Alemanha, ao passado e ao presente nacionais, a República dita democrática encerrava-se na sua realidade nacional, apoiando-se em estruturas pré-modernas que o Muro protegia. A sociedade da Alemanha oriental foi, nesta óptica, uma sociedade de mentalidades estreitas. Sem dúvida, nos anos 80, uma parte dos alemães orientais aprendeu a democracia no seio da Igreja protestante ou nas suas imediações. Não obstante, com a abertura das fronteiras deu-se o choque de dois mundos.

Os mais revolucionários foram corridos porque quiseram separar o liberalismo político do liberalismo económico. Os outros, a imensa maioria, são em parte o produto de quarenta anos de história, e até mais, se tivermos em conta que a SED, ao apelidar o nazismo de fascismo se poupou a fazer a reflexão sobre o nacionalismo alemão.

Os alemães orientais consideram-se menos europeus do que os ocidentais e, mais do que estes, têm orgulho em serem alemães. Mais preocupante ainda, um jovem alemão oriental em cada quatro teria opiniões cenóforas¹⁴. A sociedade alemã não será portanto nem homogénea nem consensual, será dividida, dilacerada até, pelos debates políticos ou sociais, se os frutos da reconstrução se fizerem esperar.

Já actualmente, os políticos e homens de negócios da Alemanha ocidental, por terem, por vezes com demasiada rudeza, insistido na ausência de aliciantes da República deposta, suscitaram na Alemanha oriental um sentimento de revolta e de identidade nacional.

Embora fosse salutar, para evitar refazer a Constituição da Alemanha ocidental, que a Alemanha resultasse da adesão da RDA à República Federal em vez de se negociar uma fusão entre dois Estados, os alemães ocidentais têm no entanto, de futuro, que multiplicar os gestos de boa vontade para com os alemães orientais: escolher Berlim para capital ou pelo menos para sede da Presidência. Se não for assim, o terreno estará fértil para o surgimento de uma nova lenda (lendas estas que infelizmente abundam na história da Alemanha desde a lenda da «facada nas costas» até à das «ocasiões perdidas»): a lenda do Anschluss que uma franja da esquerda alemã, tanto a leste como a oeste, já propaga. Os alemães, tanto orientais como ocidentais, ou pelo menos uma parte deles, instalar-se-ia nas suas trincheiras e cada Alemanha atribuiria à outra a responsabilidade de uma unidade que, no fim de contas, afirmaria não ter querido. Outros debates ou críticas não serão talvez susceptíveis de atingir a nova Alemanha, e isto por duas razões conexas: por um lado, embora uma fracção dos intelectuais, ocidentais e orientais recuse a união porque não quer nem uma

sociedade de consumo nem a arrogância nacional, a verdade é que estão isolados. Na RDA, no Outono de 89, estes intelectuais desejavam o nascimento de uma democracia que não fosse nem capitalista nem verdadeiramente liberal. Temendo os prejuízos ecológicos, sociais e até intelectuais, eles queriam rejeitar o capitalismo e, com medo dos compromissos, recusavam até o compromisso político.

Abandonados pela maioria operária e burguesa que o Ocidente conquistou, estes intelectuais não terão a partir de agora nenhum papel a desempenhar numa sociedade que se emancipou. Serão amargos como o foram os seus antecessores que nos anos 50 recusaram espelhar-se num Estado em construção.

No Ocidente, apenas uma mão-cheia destes intelectuais rejeita a União: Gunter Grass, Jurgen Habermas... As suas vozes clamam no deserto visto que a União está feita.

Por outro lado, na nova Alemanha, um único objectivo se sobrepõe aos demais: o da reconstrução da Alemanha Oriental e da harmonização dos dois países num só. O filósofo Jurgen Habermas tem talvez razão ao temer que «um nacionalismo do DM», uma espécie de nacionalismo económico, aniquile a consciência republicana¹⁵. Tal equivale a temer que a construção material do novo Estado impeça as mentes de se interrogarem sobre a sua própria razão de ser.

Verdade seja dita, até agora não foi sob o signo do nacionalismo, nem do nacionalismo económico, que a União se fez. Uma vez que a União não nasce, de forma alguma, de um impulso nacional, mais depressa diríamos, como Ludwig August von Rochau, o pai da Realpolitik, que ela é «para os alemães uma pura questão de interesses, na qual ninguém pode sair lesado e todos devem ganhar na medida do possível, quer se trate de diminuição dos impostos, da redução das despesas militares, das liberdades públicas, das garantias de segurança interna ou da paz com o exterior...»¹⁶.

Impõe-se, porém, uma reflexão, já que o novo Estado, muito embora resulte da adesão da RDA à República Federal, nunca mais será o que era essa mesma República, um Provisorium, um Estado transitório dividido entre a união alemã e a unificação europeia¹⁷.

O Estado alemão será um Estado-Nação. A maioria dos políticos, e até dos intelectuais da Alemanha ocidental, argumentam que o Estado unificado, enquanto Estado Federal, nunca poderá ser nacional. E querer dar ao conceito de nacional um sentido institucional, é também furtar-se à reflexão sobre o nacional, sobre a relação Estado-Nação, e consequentemente sobre a própria natureza do novo Estado. E ainda, por fim, pensar que a reflexão sobre a ideia de Nação provocaria a tentação do nacionalismo. No entanto, uma análise desta natureza permitiria distinguir o conceito de Nação do conceito de República e assim, não os opondo, conferir ao Estado nacional um fundamento republicano. A ausência de uma tal reflexão poderia, contrariamente ao que se julga, propiciar a instalação de forças não democráticas no terreno nacional.

A nova Alemanha na nova Europa

Nos próximos anos, em que o Governo e a sociedade terão de reconstruir a antiga RDA e reaproximar os alemães das duas Alemanhas, estes últimos estarão concentrados nos seus próprios problemas e porventura menos atentos ao exterior. Assim, em 1990, um único tema, a unificação das duas Alemanhas, dominou os debates políticos e públicos. Com a unificação, esgotaram-se alguns assuntos. O da soberania, por exemplo, lançado pela esquerda da Alemanha ocidental, no princípio dos anos 80, e outros, esmoreceram pelo menos por algum tempo; o antiamericanismo já não tem cabimento na medida em que entre todos os Governos estrangeiros foi a Administração americana que mais vigorosamente apoiou o processo de unificação. Outros assuntos ainda, como o da unificação europeia, foram filtrados através do prisma da União: constata-se que as Comunidades Europeias caíram de novo nas graças da opinião pública da Alemanha ocidental como contrapeso da Alemanha oriental. Aos meios de negócios importa mais o grande Mercado Interno do que os investimentos a Leste. Alguns temas como a crise no Médio Oriente, passaram para segundo plano da actualidade. Quando da anexação do Kuwait, o Governo Federal começou por apenas despachar draga-minas para o Mediterrâneo oriental; em seguida enviou navios e por fim, com algumas reticências, contribuiu com fundos (3,3 mil milhões de DM). Apesar de um aumento da produção industrial, absorvida pela Alemanha oriental, as exportações estão a diminuir, embora o excedente comercial não se tenha reduzido tanto como se previa. Segundo algumas opiniões isoladas — a de Edzard Reuter, presidente do Conselho de Administração da Daimler-Benz, por exemplo —, seria mesmo de temer que a indústria alemã, ao empenhar-se demasiado a Leste, se afaste progressivamente dos pólos de competitividade, e vá, pouco a pouco, perdendo terreno em matéria de alta tecnologia. Todavia, com a União, a Alemanha aumenta o seu poder e retoma a soberania e o seu lugar central no seio da Europa.

A Alemanha é um factor determinante na estrutura do sistema internacional. O aumento do poderio da Alemanha não é decerto uma novidade. O milagre político tinha-se seguido ao milagre económico: depois do restabelecimento económico dos anos 50 e 60, a Östpolitik tinha dado maior margem de manobra à República Federal. Na Primavera de 1989, na véspera da revolução alemã oriental, dois acontecimentos demonstraram o acréscimo de poder da República Federal: o aumento da sua quota de participação no FMI e o acordo germano-americano que adiou a modernização dos mísseis de curto alcance Lance. A RFA, *ex-aequo* com o Japão, tornou-se assim o maior contribuinte do FMI depois dos Estados Unidos. Essa medida traduziu uma deslocação da força económica americana para a RFA e para o Japão. A controvérsia gerada pela modernização dos Lance foi

essencialmente uma questão germano-americana, embora tenha oposto os detentores de armas nucleares aos não nucleares.

A sua conclusão simbólica teve lugar, não no dia 30 de Maio de 1989, aquando da adopção do compromisso na Cimeira da OTAN, mas sim no dia seguinte, quando em Mayence o Presidente Bush se referiu a um Directório germano-americano («partners in leadership») no seio da OTAN. Relevando assim o estatuto da República Federal, George Bush não fez mais do que render-se à evidência. Mikhail Gorbatchev imitou-o pouco tempo depois, em Bona, quando evocou o peso da Alemanha na Aliança para, de algum modo, se congratular com os resultados do desafio americano-alemão, algo favoráveis a Moscovo. A República Federal torna-se assim uma potência nuclear «a contrário», graças ao poder de veto. A revolução no Outono de 1989, que precipitou a decomposição do Estado da Alemanha oriental e a recomposição da unidade alemã, restituiu à Alemanha a sua soberania. As aspirações populares e a ausência de uma intervenção soviética permitiram aos alemães reaver a sua unidade e a sua soberania: as sociedades quebraram as barreiras internacionais. Aos Governos, tanto alemães como estrangeiros, só restou inclinar-se: os alemães, propondo a união, e os estrangeiros, aceitando-a. O Chanceler Kohl terá sabido sem dúvida «agarrar no ar o manto da história», não hesitando mesmo em incomodar por vezes os seus aliados. Não terá feito prova de grande maleabilidade quando adoptou, até à Primavera de 1990, uma atitude pouco conciliatória em relação ao Governo polaco; embora, sob um prisma puramente jurídico, tivesse razão em remeter para os futuros órgãos políticos alemães o reconhecimento definitivo da fronteira Oder-Neisse, no plano político foi errado mostrar-se tão intransigente. Foi em segredo que preparou o plano no qual propunha as estruturas confederativas anunciadas em 28 de Novembro de 1989; em suma, confundiu, um pouco apressadamente, a soberania reencontrada com a possibilidade de dirigir a política sozinho.

No entanto, não é de «unilateralismo» que o Chanceler Kohl pode ser acusado quando, em 16 de Julho de 1990, esteve em Mineralnye Vody¹⁸. Sem dúvida que aí o Chanceler obteve do Presidente Gorbatchev o levantamento dos últimos obstáculos à conclusão das chamadas negociações 2 + 4, entre os quatro antigos vencedores e as duas Alemanhas. Não obstante, formalmente, tinha já definido os termos dessas negociações com os seus aliados ocidentais nas precedentes Cimeiras de Londres, Dublin e Houston, respeitando nomeadamente os nove pontos do Presidente Bush. Substancialmente, o acordo excedia as expectativas mais optimistas do Ocidente, visto que Mikhail Gorbatchev aceitava que a Alemanha escolhesse as suas alianças (por outras palavras, que a Alemanha pertencesse à OTAN), que os Artigos 5.º e 6.º do Tratado do Atlântico Norte se aplicassem à Alemanha oriental (isto é, que os aliados da Alemanha a defendam junto das suas fronteiras em caso de agressão) e que unidades territoriais da Bundeswehr (não

integradas no dispositivo militar da OTAN) fossem estacionadas na Alemanha oriental a partir da unificação.

Em contrapartida, o Chanceler Kohl aceitava que a Alemanha limitasse as suas Forças Armadas a trezentos e setenta mil homens, que renunciasse às armas atómicas, bacteriológicas e químicas e se abstivesse de instalar armas atómicas na Alemanha oriental. Convinha também contribuir com uma ajuda económica e financeira à URSS que, feitas as contas, foi considerável. Depois da concessão de um crédito de cinco mil milhões de DM, anunciada em Julho, o Chanceler Kohl aceitou, em Setembro (aquando da conclusão do tratado que previa as modalidades da retirada das tropas soviéticas), conceder à URSS doze mil milhões de DM e ainda um crédito sem juros de três mil milhões de DM.

O acordo de Mineralnye Vody, no aspecto formal, reflectia as novas regras do jogo, mas o seu conteúdo não podia garantir a linha condutora de evoluções futuras. Na realidade, foi um acordo germano-soviético que permitiu a conclusão das negociações 2 + 4, isto é, um acordo entre os dois Estados mais poderosos do continente. Se os aliados da Alemanha reconhecem, sem excepção, que no seu próprio interesse devem evitar singularizar a União Soviética como singularizaram a Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial, as opiniões divergem quanto à ajuda que lhe deve ser concedida. Na opinião do Governo alemão, neste ponto partilhada por Paris, esta ajuda deverá ser substancial, enquanto que, antes da crise do Golfo, Washington considerava que não se encontravam reunidas as condições económicas e políticas para essa ajuda. Estas divergências lembram outras (as que, nomeadamente, opuseram Europeus e Americanos no fim dos anos 70 e princípios dos anos 80 sobre o comportamento a adoptar em relação à União Soviética). Os Europeus — a República Federal ou a Áustria mais do que a França — tinham então querido proteger o desanuviamento que a intervenção soviética no Afeganistão e o martelar das botas na Polónia tinham, segundo a Administração americana, comprometido; tratava-se em particular de preservar as relações intereuropeias e as relações interalemãs. Em compensação, um entendimento germano-americano seria global, e, poderia portanto, menosprezar os interesses europeus. Claro está que o acordo germano-soviético deve ser entendido como proveitoso para ambas as partes. Cada uma delas se congratula com as promessas de futura cooperação: o Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Gensher, afirmava recentemente que as relações germano-soviéticas seriam mais do que a mera soma das relações entre a URSS e cada uma das Alemanhas¹⁹. Apesar das desfeitas dos últimos anos, em que todas as esperanças de cooperação económica desapareceram perante a morosidade das reformas e toda a espécie de dificuldades na União Soviética, alguns homens de negócios da Alemanha ocidental continuam a acalentar grandes projectos de investimento neste país. Pelo seu lado, os soviéticos, ou pelo menos a

equipa reunida em redor de Mikhail Gorbatchev e, ao que parece, uma parte da opinião pública, esperam da Alemanha um apoio económico²⁰. O Governo soviético, no entanto, não se coíbe de fazer subir a parada, ou pelo menos de o tentar. Assim, antes das negociações 2 + 4 se terem concluído pelo acordo de Mineralnye Vody, o Governo soviético subordinava a unificação da Alemanha a condições inaceitáveis para os membros da OTAN, propondo por exemplo a neutralidade da Alemanha ou a sua inclusão nas duas Alianças. O Governo soviético pede ainda quinze mil milhões de DM pela retirada das suas tropas que se somam ao crédito de cinco mil milhões de DM que Bona Ihe concedeu em Julho de 1990. A ajuda financeira de Bona à URSS anuncia-se pesada, tanto mais que o Governo Federal tem de subsidiar as empresas alemãs orientais ainda ligadas por contratos aos soviéticos, ou indemnizar estes últimos: no total seriam quatro mil milhões de DM²¹. Quanto às promessas de cooperação económica e comercial, talvez não sejam tão frutuosas como se previa²².

Por um lado, com a união, certas empresas alemãs orientais desaparecem ou reorientam o seu comércio. Por outro, tanto os soviéticos como os europeus do Leste podem querer comprar a outros países produtos mais baratos (no Sudeste asiático, por exemplo) ou simplesmente não conseguir levar a cabo as suas reformas. As relações germano-soviéticas não estão pois ao abrigo de conflitos. Assim, para o futuro, vários cenários são possíveis: aquele em que o novo Estado alemão agiria no interesse da União Soviética para servir os seus próprios interesses, descuidando ou não os de terceiros, ou ainda um outro em que a União Soviética ou qualquer outro Estado hostil que Ihe suceda utilizaria abertamente as tropas ainda estacionadas na Alemanha oriental como instrumento para obter concessões políticas. Se, na nova Europa, os conflitos étnicos, as lutas entre nacionalidades, os conflitos de fronteiras ou ainda a queda dos Estados multinacionais (em suma, a balcanização e a libanização) constituem os únicos verdadeiros riscos de instabilidade, não deixará de ser crucial para o equilíbrio europeu que a Alemanha não seja a única a gerir — pacificamente ou não — a transformação da União Soviética. Ora, a segunda conclusão que se pode tirar do acordo de 16 de Julho de 1990 é que nem esse compromisso nem os que se Ihe seguiram obrigam a Alemanha a escolher a OTAN como Aliança. Pode-se assim pensar que, num futuro mais ou menos próximo, quando as últimas tropas soviéticas se retirarem da Alemanha oriental por exemplo, o mais tardar em 1994, a opinião pública alemã reclame a retirada de todas as tropas estrangeiras. A maioria dos alemães do Leste discorda da inclusão da Alemanha reunificada na OTAN²³. Quanto aos alemães ocidentais, há quarenta anos a esta parte que um terço deles se declara adepto da neutralidade²⁴. Em compensação, os partidos políticos não são favoráveis à neutralidade, excepto o partido dos Verdes e no extremo oposto o dos Republikaner²⁵. Alguns sociais-democratas (em

particular Helmut Scheer, presidente da comissão encarregada, no seio do seu grupo parlamentar, das questões de desarmamento e controlo de armamentos; e Heidemarie Wieczorek-Zeul, membro do Praesidium do SPD) desejam que a Alemanha siga o exemplo francês, abandonando a estrutura militar mas permanecendo na Aliança. Mais radical é Egon Bahr, desde há muito familiarizado com as questões de Segurança no seio do SPD e conselheiro, durante algumas semanas, do ministro leste-alemão da Defesa e do Desarmamento do Governo transitório de Lothar de Maizière, o qual prevê o fim próximo da OTAN e, de uma forma geral, das duas Alianças. É verdade que no SPD são muitos os que partilham a ideia de que a OTAN se encontra numa fase de transição e está destinada, como o Pacto de Varsóvia, a diluir-se («sich auflösen») numa CSCE dotada de novas competências. O Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros prefere, ao contrário, falar de uma fusão («aufgehen») das Alianças na CSCE. Em sentido inverso, podemos considerar a possibilidade da Alemanha reunificada e soberana aumentar a sua força política nas organizações militares. Ela poderá, nomeadamente, querer garantir o respeito da sua soberania retomando o controlo da Bundeswehr ou elevar a sua voz, reclamando o acesso a mais altas funções no âmbito da OTAN e da ONU. A Alemanha poderá ainda querer participar em missões de manutenção da paz no quadro das Nações Unidas, ou à margem destas, nomeadamente no seio da UEO.

Neste aspecto, não deixa de ser relevante o facto de, por apenas ter podido enviar draga-minas durante a crise iraquiana, a classe política da Alemanha ocidental se ter mostrado favorável a uma revisão constitucional que permita à República Federal uma real intervenção em circunstâncias semelhantes. De facto, a OTAN, se subsistir, nunca mais será a mesma, como foi anunciado na Cimeira de Londres. A estratégia será modificada, essencialmente a pedido do Governo Federal. É também verdade que com a decomposição dos regimes comunistas e a quase dissolução do Pacto de Varsóvia, o termo neutralidade já não tem sentido. Mas este termo pode esconder um outro e reportar-se a uma espécie de neutralização da Europa no caso da OTAN desaparecer, deixando na Europa apenas a CSCE. Esta última pode revelar-se muito útil, sobretudo para integrar a União Soviética e os países da Europa Central e do Leste no sistema europeu e internacional: dotada de um Centro de Resolução de Conflitos — e até de uma forma de intervenção —, a CSCE poderia contribuir para a solução de eventuais futuras querelas. Mas a CSCE não poderia, em caso algum, gerir verdadeiramente as instabilidades que poderiam surgir de uma transformação hostil da União Soviética, ou substituir a aliança estrutural americano-europeia ao abrigo da qual os desequilíbrios entre europeus são aplanados. Só a Comunidade Europeia pode desempenhar esse papel. Esta tem já uma função estabilizadora enquanto sociedade civil susceptível de se estender a todo o Continente, e enquanto conjunto de

parceiros em pé de igualdade, senão de facto pelo menos de direito. Não obstante, para se substituir a uma OTAN em vias de extinção (sem contudo romper os laços políticos e militares com os Estados Unidos), a Comunidade Europeia terá de se dotar de uma dimensão suplementar que é desejada por François Mitterrand e Helmut Kohl desde Abril de 1990: trata-se de criar uma Europa política e uma Europa de Segurança. Cabe portanto à França tomar as iniciativas nesta matéria e não se deixar seduzir pela tentação de se fechar sobre si mesma, o que encorajaria o aumento do «diferencial» entre os dois países. E é preciso que a Alemanha continue, com a França, a promover a integração europeia para não desequilibrar o Continente Europeu e não se encontrar, um belo dia, completamente só²⁷.

NOTAS

¹ Ver nesta matéria o capítulo v («Nação reencontrada») in A. M. LE GLOANNEC, *La Nation Orpheline*. Les Allmagnes en *Europe*, Calmann-Levy.

² Isto é a Constituição da Alemanha ocidental e agora pan-alemã.

³ Ver PIERRE HASSNER, «Europe Beyond Partition and Unity: Desintegration, Reconstruction», *International Affairs*, vol. 66, n.º 3, Julho de 1990, pp. 461-475.

⁴ Ver «Mercedes-Benz stoppt Zusammenarbeit mit Ifa. Gemeinsamer Lastwagen wird nicht verwirklicht. Schwierige Verhandlungen», *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, Agosto de 1990.

⁵ No domínio da Banca dominado pelo Deutsche Bank; no dos Seguros onde a Allianz acaba de comprar o sistema estatal dos seguros: ou no da Energia onde um consórcio de três empresas da Alemanha ocidental (RWE, PreussenElektra e Bayernwerk) toma conta do mercado oriental embora não exclusivamente.

⁶ Ver nota 4.

⁷ Citado nomeadamente por LOTHAR JULITZIN «Durch das Tal der schöpferischen Zerstörung», *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 23 de Agosto de 1990.

⁸ Ver o artigo acima citado para uma análise que leve em conta as duas modalidades possíveis, a do fracasso e a do sucesso, ver HELENE HARASTY (OECE) e JEAN LE DEM (CEPII), «Vers un deuxième mirage allemand», *Économie Prospective Internationale*, n.º 43, Setembro de 1990.

⁹ Assim, no princípio do ano de 1990, 77 % dos alemães ocidentais declaravam-se a favor de uma ajuda financeira substancial à RDA, e 61 % declaravam-se prontos a consentir em sacrifícios pessoais (mesmo se 46 % consideravam que o Estado deveria encarregar-se da reconstrução). Ver as diferentes sondagens compiladas por Gebhard Schweigler: «Quo vadis Deutschland», Ein Internationales Kongress über die Zukunft Deutschlands und der Deutschen, 10-11 de Maio, Herbert Quandt Stiftung.

¹⁰ Ver a crítica mordaz de FRITZ ULRICH FACK, «Das Versagen der Bundesländer», *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 22 de Agosto de 1990.

¹¹ Embora, numa primeira etapa, os católicos tenham levado a melhor, visto que a actual coligação entre cristãos-sociais, cristãos-democratas e liberais ganhará, provavelmente, as eleições pan-alemãs do dia 2 de Dezembro de 1990, os protestantes terão a maioria na nova Alemanha e transformarão com maior ou menor rapidez a cultura política deste país.

¹² Ver a intervenção de Norbert Walter numa Conferência sobre o futuro da Alemanha, organizada pelo Herman Kahn Center em Indianapolis nos dias 18 e 19 de Junho de 1990. Ver também GUNTER BANNAS. «Nor Sind DDR-Jugendliche Rigoroser-Anzeichen fur eine Rasche Angleichung der Jungen Leute huben und druben», *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 12 de Setembro de 1990.

¹³ «The spontaneous union». *The Economist*, em «A survey of the new Germany», 30 de Junho de 1990.

¹⁴ Ver BERND HANNEMANN e HELMUT FRANCKE, «Nur vier Prozent der Burger Sind gegen die deutsche Einheit. Vor allem Bauern und Arbeiter befurchten soziale Harte. Mehr Frauen als Manner betonen die nationale Eigenstandigkeit», *Suddeutsche Zeitung*, 18-19 de Agosto de 90 e ainda GUNTER BANNAS, «Erstaunlicher Gleichklang bei Deutschen aus Ost und West. Unfrage des Innenministeriums in der DDR», *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. 18 de Agosto de 1990.

¹⁵ JURGEN HABERMAS, «Der DM Nationalismus», *Die Zeit*, n.º 14, 30 de Março de 1990.

¹⁶ Este trecho dos «Grundsätze der Realpolitik», publicados entre 1853 e 1869 é citado no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* de 24 de Julho de 1990. No século passado, Rochau foi um dos representantes do nacionalismo liberal alemão. Considerando necessário adaptar a política à realidade, concebeu a própria noção de Realpolitik.

¹⁷ Ver HERMAN RUDOLPH, «Abschied vom Gestern. Die Einheit verlangt den Westdeutschen auch ein neues Selbstverständnis ab», *Suddeutsche Zeitung* (Feuilleton-Beilage), 16-17 de Junho de 1990.

¹⁸ Ver «Encounter at Stravrapallo», *The Economist*, 21 de Julho de 1990.

¹⁹ Ver a entrevista concedida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Hans-Dietrich Genscher ao jornal soviético *Literaturnaya Gazeta*, publicada no dia 1 de Agosto de 1990 (tradução in Boletim n.º 65 da Embaixada da República Federal da Alemanha).

²⁰ Ver a entrevista de V. Dachitchev concedida ao jornal alemão oriental *Der Morgen* na qual cita uma sondagem segundo a qual 60 % dos cidadãos soviéticos aprovam a reunificação, acrescentando que estes esperam que dela resulte uma ajuda económica. LESLIE COLITT, «Gorbachev Adviser Hails benefits of German Unity», *The Financial Times*, 15 de Agosto de 1990.

²¹ Ver «Bonn muss fur Exportausfalle aufkommen. DDR-Osthandel teurer als vermutet. Allein vier Milliarden zur Abwicklung der Verträge mit Moskau nötig». *Suddeutsche Zeitung*. 17 de Agosto de 1990. A Checoslováquia e a Hungria reclamam igualmente de Bona compensações pelos prejuízos comerciais resultantes do não cumprimento dos compromissos das empresas alemãs orientais. O primeiro reclama 1.2 mil milhões de DM e o segundo 500 milhões de DM.

²² O comércio da Alemanha com a URSS e os países da Europa Central deverá situar-se na ordem dos 8 a 10 % do comércio externo alemão (contra 3,3 % da RFA).

²³ Ver por exemplo a sondagem mencionada no artigo «DDR-Bürger: Ja zur Einheit. deutliches Nein zur NATO», *Neues Deutschland*, 16 de Agosto de 1990.

²⁴ Ver as sondagens do Instituto Fur Demoskopie d'Allensbach.

²⁵ O homólogo alemão da Frente Nacional francesa.

²⁶ Ver ANNE-MARIE LE GLOANNEC, «Change in Germany and Future West European security Arrangements». Garry Geipel, ed., *The Future of Germany*, Hudson Institute, Indianapolis, 1990. pp. 125-134.

²⁷ Note-se com interesse a tomada de posição a favor de uma segurança europeia ocidental de PETER GLOTZ, antigo secretário-geral do SPD. «Neue Freiheit — alter Hader. Der Nationalitätenstreit in Osteuropa verlangt eine andere Sicherheitspolitik», Die Zeit, n.º 35. 24 de Agosto de 1990.